

A despedida da CPI *Ange*

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

O Congresso necessita montar cenário de truz para a próxima despedida, em grande estilo, da CPI da corrupção. Afinal, um final chinfrim, manchado por descomposturas, xingamentos, pela baixaria que andava encolhida e está botando novamente o nariz de fora, fecharia de maneira melancólica o esforço de reabilitação do Legislativo. Assim como um elenco que, após excelente desempenho, esquecesse o texto, embaralhasse as falas e acabasse vaiado no final do último ato.

Se o Congresso errar agora e se a CPI da roubalheira perder-se na explosão dos nervos esgarçados, deixando-se vencer pelo cansaço e não sustentando o nível que, com alguns senões, manteve durante os noventa e muitos dias de mutirão desgastante, além de patrocinar espetáculo deprimente, estará cometendo cavalgar estupidez.

E simplesmente porque a CPI já fez sua parte, deu conta do recado. O que sobrou para os arremates foram os atos derradeiros que não vão além da rotineira costura das consequências do apurado; a distribuição ampla de punições — uma vez aprovada a listagem das cassações — e a reestruturação do esquema amaldiçoado pelas falcatuas.

Claro que a CPI não pode parar agora, antes de ouvir a todos os acusados, inclusive governadores, e da discussão e votação do esperadíssimo relatório final do deputado Roberto Magalhães. Formalidades precisam ser cumpridas.

Mas o que se pretende dizer é que, a esta altura, ela realizou sua tarefa e desencadeou processo que é irreversível. Nada mais detém a pedra que rola de morro abaixo na revelação devidamente apurada e documentada da máfia dos anões que manipulava a elaboração orçamentária com o desembaraço de quadrilha de gatuños e na impositiva urgência do prosseguimento da faxina no Executivo e no Judiciário.

O improvável recuo na reta final, através da própria CPI passando a mão por cima de culpados, acolhendo atenuantes para encolher a lista de cassações ou as indulgências do corporativismo nas absolvições do plenário, não teria o efeito de travar o seixo no meio da avalanche. Apenas desviaria o rumo, direcionando-o para o Congresso, arriscado a esmagamento implacável dos atuais parlamentares na próxima rodada do primeiro turno das eleições casadas de 3 de outubro, para a renovação da totalidade da Câmara e de dois terços do Senado.

Sob ameaça, de qualquer modo, o Congresso está. A moda da renovação cresce a cada eleição e anda pelas alturas de 60% a 80%, impulsionada pelos índices desmoralizantes de rejeição aos políticos, aos partidos e ao Congresso, apuradas em todas as pesquisas e confirmadas pelo voto.

Nesta véspera de campanha a praga assume proporções de calamidade. Nunca o Congresso esteve tão por baixo, depois de breve e ilusório período de refresco, quando do processo de expulsão de Collor. As denúncias dos escândalos em cascata nas rapinagens no orçamento, na primeira reação indignada, empurraram-no para o fundo do buraco. A CPI está redimindo o Congresso. Tudo isso pode sumir pelo ralo de nova marola de decepção conseqüente de desfecho frustrante.

Convém que os senadores e deputados que se atormentam com os pesadelos da renovação dos mandatos analisem com objetividade a escalada de complicações que se enredam no tipo de eleição que vem por aí. Eles não dependem apenas da popularidade pessoal, da fidelidade das bases, do julgamento favorável da atuação parlamentar. Mas, e decisivamente, dos puxadores de votos de cada legenda: os candidatos aos mandatos majoritários de presidente e vice-presidente da República, de governador e vice-governador. Um cabeça de chapa que não emplaque desgraça a chapa toda, contaminando a legenda que se dissolverá no salve-se-quem-puder da debandada do cada um por si.

Para mal dos pecados, no chapão de 3 de outubro as linhas destinadas ao eleitor para o registro dos nomes

ou números dos seus escolhidos para senador e deputado federal ficam ali pelo meio. Ora, o eleitor desmotivado pelo seu desgosto com o Congresso será tentado a aplicar-se em votar com cuidado no candidato de fé para presidente da República e, no embalo, para governador do seu estado, que é assunto do seu particular interesse. Chega desligado ao meio da cédula, salta dois degraus e pára no último, para honrar o compromisso pessoal ou a opção da estima pelo candidato

da sua rua, do seu bairro, da cidade ou da região a deputado estadual.

Os chilikés e agressões que bagunçaram as últimas reuniões da CPI, as críticas e acusações que cruzam no azedume da exaustão, respingadas pelos interesses escondidos e com a cauda de fora da sucessão à vista, são compreensíveis e mesmo naturais no jogo político.

Mas a CPI e o Congresso não podem atirar pela janela a oportunidade da instituição de se sair bem de desafio que vem sendo ultrapassado com estimulante competência e a dedicação total de maioria ou de grande parte da Comissão. O resto ou não faz nada, enrustido no silêncio da omissão, ou só atrapalha. Como de costume.

Sujar na saída é a expiação da burrice. A CPI está nos seus derradeiros arranques. Não fez tudo; fez quase tudo que podia. Sua missão está virtualmente cumprida. É hora de preparar a retirada com a indispensável sabedoria e decência. Para sair do palco pisando duro e sob aplausos.

Até porque ela começa a ser atropelada e a dividir o mesmo espaço com os próximos espetáculos programados para a temporada. A vez ainda será sua até os seus atos finais: a apresentação do relatório, sua discussão e a votação das cassações de mandatos e das propostas para a correção do esquema. E, no segundo tempo, no cenário do Congresso.

Mas, para que não se transforme em intrusa e indesejada, a CPI precisa passar ao governo e ao Judiciário a responsabilidade pela continuação da limpeza. E, com elegância e distinção, ceder lugar à revisão constitucional e à campanha eleitoral. Quem assim se despede, deixa saudades.

**A CPI precisa
passar ao
governo e ao
Judiciário o
encargo de
prosseguir
com a limpeza.**